

CONTAS PÚBLICAS

Juros altos são responsáveis por aumento de R\$ 10 bilhões no débito federal. Outros R\$ 6,5 bilhões foram adicionados por emissões de títulos. Para o Tesouro Nacional, situação está controlada

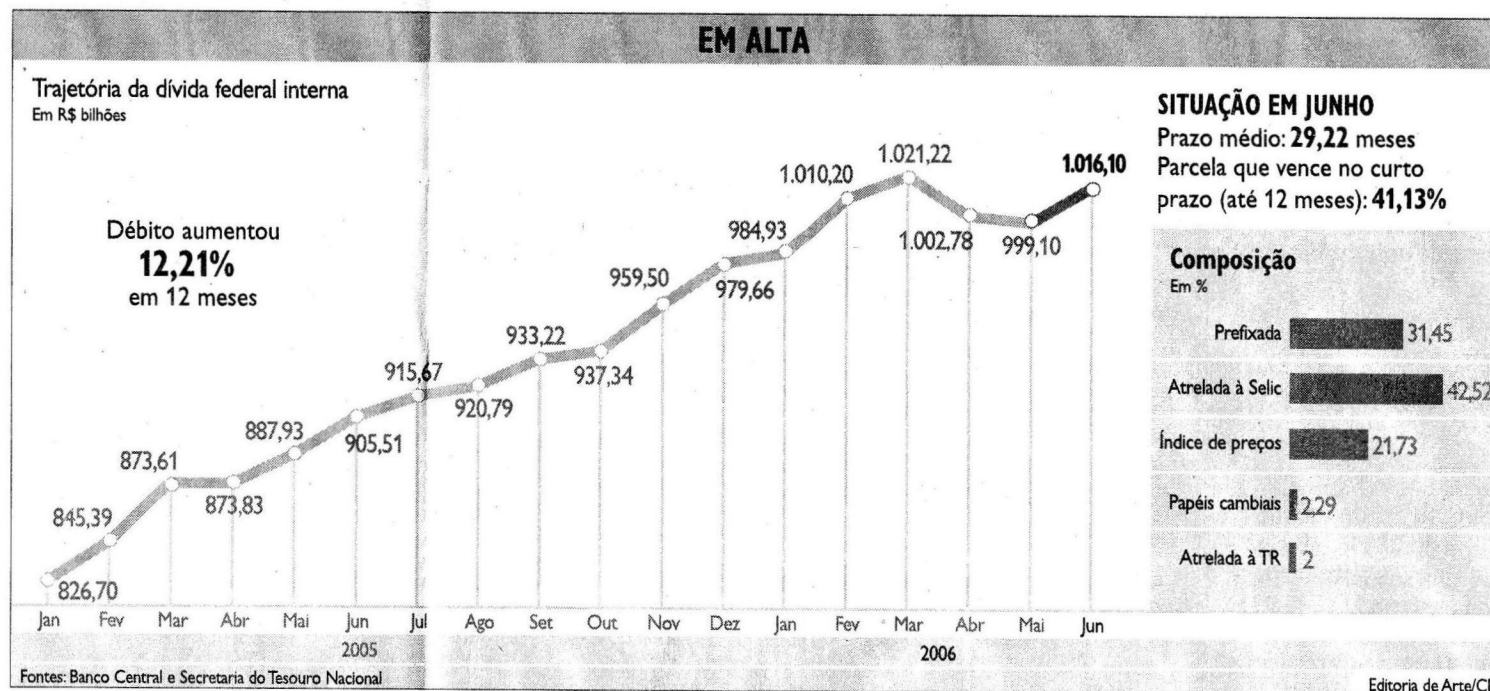
Dívida cresce e supera R\$ 1 trilhão

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

A pesar da redução da taxa básica (Selic) desde setembro do ano passado, período em que passou de 19,75% ao ano para os atuais 14,75%, os juros continuam sendo o principal fator de expansão da dívida federal interna. Em junho, o endividamento cresceu 1,7%, com o estoque ultrapassando novamente a marca de R\$ 1 trilhão. De acordo com os números divulgados ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central (BC), a dívida aumentou R\$ 17 bilhões no mês passado, chegando a R\$ 1,016 trilhão.

A incorporação de juros ao principal da dívida foi responsável por nada menos que R\$ 10,5 bilhões do volume da expansão. Além disso, o governo fez uma emissão líquida de títulos públicos (lançamento maior do que o resgate) no valor de R\$ 6,5 bilhões. A queda de cinco pontos percentuais na Selic tem um efeito positivo na redução do custo do endividamento, mas o total ainda é muito alto. O custo médio da dívida em junho vai ser divul-



gado hoje — o de maio foi de 17,33%, levando em conta os papéis indexados ao câmbio.

“A dívida voltou ao nível de R\$ 1 trilhão, mas é bom lembrar que ela está no intervalo previsto para este ano, que é entre R\$ 1,13 trilhão e R\$ 1,20 trilhão”, justificou o coordenador de Operações da

Dívida Pública, Manuel Augusto Silva. A estimativa está no Plano Anual de Financiamento (PAF). Segundo Silva, as turbulências no mercado financeiro continuaram em junho e julho, mas numa intensidade menor do que a verificada em maio.

Em virtude do cenário ainda

nervoso, o Tesouro teve que manter a posição conservadora na hora de definir os títulos oferecidos nos leilões. De um total de R\$ 41,098 bilhões de papéis emitidos, apenas R\$ 376 milhões foram em NTN-B, o título de prazo de vencimento mais longo preferido pelos investidores estran-

geiros. Em maio, o Tesouro teve não só que cancelar a venda desses papéis como fazer leilões de recompra, pois os investidores queriam se desfazer deles.

“As incertezas quanto à política monetária nos Estados Unidos continuam, mas vários indicadores econômicos montaram um

cenário interno benigno que compensou os efeitos negativos”, disse. Como não houve vencimentos de papéis prefixados em junho e o Tesouro vendeu R\$ 20,4 bilhões, a participação desse tipo de título subiu de 29,55% do total para 31,45%, recorde na série histórica. O governo quer aumentar essa cota até 37% — os juros são definidos na hora da venda, o que dá mais previsibilidade para a gestão da dívida.

No mês passado, o Tesouro fez um resgate líquido de R\$ 13,2 bilhões em papéis pós-fixados (atrelados à Selic). Por isso, a participação desses títulos na dívida caiu de 44,07% para 42,52%, também na direção pretendida pelo governo. O intervalo previsto no PAF é de 39% a 48%. Segundo Silva, caso o Tesouro emita até R\$ 86 bilhões em pós-fixados de agosto a dezembro, vai conseguir ficar próximo do limite inferior da previsão. Os vencimentos do papel no período somam cerca de R\$ 100 bilhões. “Nós conseguimos avançar mais na melhora da composição no primeiro semestre. Agora, com a turbulência no mercado, o cenário é um pouco menos otimista”, disse.